

A espiritualidade do presbítero. Algumas anotações a respeito de um documento ainda recente

Em 2002 a Congregação para o Clero publicou uma *Instrução*¹ na qual oferece alguns elementos de reflexão e algumas propostas concretas, no sentido de ajudar o clero diocesano a progredir na vivência em profundidade do seu ministério pastoral, para que este se não reduza a uma prestação de serviços ou a uma simples organização, que poderia ser realizada por qualquer profissional, mas seja verdadeiramente um *sacerdócio*, precisamente na sua aceção mais originária de *doação sagrada* que pressupõe despojamento de si e renúncia a qualquer lógica de domínio, para que seja amoroso serviço à imitação d' Aquêle que amou os seus e por eles se entregou até ao fim (cf. *Jo* 13, 1-2).

A *Instrução* situa-se em continuidade com as mais recentes declarações do Magistério, depois do Concílio Vaticano II, e representa por si mesma um acto de coragem e de ousadia, precisamente na proposta de uma identidade e especificidade da espiritualidade *sacerdotal* para o clero *diocesano*, que de algum modo o distinga dos religiosos e dos leigos, tendo sobretudo em conta a contemporânea mentalidade de uma difusa mística ou cultura pós-moderna, cuja intenção mais profunda, embora nem sempre expressamente confessada nos seus propósitos, é, através desta difusa espiritualidade sem contornos, minar pelas bases os fundamentos do cristianismo, muito especialmente na sua configuração eclesial e católica.

¹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O Presbítero, Pastor e Guia da Comunidade Paroquial* (Lisboa: Paulinas, 2002).

Não há dúvida que os tempos que vivemos são difíceis, mas por isso mesmo exigem redobrados esforços de discernimento e de coragem mesmo e sobretudo *profética* para recordar evidências que hoje são facilmente esquecidas por um certo *política e culturalmente correcto*, mesmo ao nível eclesial, e a *Instrução*, que aparentemente nada traz de novo em relação ao perene sentir eclesial nas gerações passadas, pode muito bem ser vista neste sentido, de apelo à fidelidade ao mistério mais profundo do ser da Igreja, que tem no sacerdócio ministerial um dos seus eixos fundamentais.

De facto, como muito bem analisa G. Martelet, na sua obra monumental em três volumes *Teologia do Sacerdócio. Dois mil anos da Igreja em questão*², o *sacerdócio*, o que decorre da *imposição das mãos*, constitui a instância onde se concentram e se cruzam as grandes crises que tocam a identidade do cristianismo e da Igreja ao longo dos tempos. Esta verificação significa, entre outras coisas, a importância do sacerdócio *ordenado* como instância emblemática para a hermenêutica teológica quer do mistério da Igreja quer também dos sinais dos tempos, porque em torno do sacerdócio, no que ele representa de dimensão ontológica decorrente do *carácter e da graça sacramental*, se decide também, em íntima ligação aliás com a cristologia, a questão decisiva acerca do que é o homem.

Por isso, julgo de interesse repropor a reflexão sobre este documento, colocando-me de algum modo apenas no pré-texto da *Instrução*, num esforço de exploração hermenêutica dos seus pressupostos e da sua razão de ser e da importância das pequenas coisas, que ela nos recorda.

1. A solicitude da Igreja pelo ministério sacerdotal: do Vaticano II à *Instrução* da Congregação para o clero

Gostaria aqui de recordar a afirmação inicial do decreto conciliar *Optatam totius*, onde se afirma: «a desejada renovação de toda a Igreja depende em grande parte do ministério sacerdotal, animado do espírito de Cristo» (OT 1).

No Concílio Vaticano II, o sacerdócio ocupa um lugar muito especial: é tratado expressamente na *Lumen Gentium*, e em alguns decretos que o explicitam e particularizam, no *Presbyterorum Ordinis* e na *Optatam totius*, e no *Christus Dominus* (sobre os Bispos).

² Cf. G. MARTELET, *Théologie du sacerdoce*, 3 vols. (Paris: Cerf, 1984, 1990).

Mas depois do Concílio a solicitude da Igreja sobre este tema não descansou: dois sínodos foram expressamente dedicados ao ministério sacerdotal: 1971 e 1990, e muitos outros documentos foram publicados, e cujo elenco aparece mencionado logo no início da *Instrução* da Congregação para o Clero.

Por estas referências logo que se presente que o ministério sacerdotal não representa uma questão marginal ou residual no mistério e na vida da Igreja, mas sim um tema central, mesmo essencial na constituição do seu mistério e no desenvolvimento da sua missão.

Já S. Tomás de Aquino exprimia esta centralidade do ministério sacerdotal, quando dizia que, no conjunto dos sete sacramentos, o baptismo e a ordem são necessários para a constituição da Igreja na sua estrutura sacramental enquanto tal³.

Mas o nosso tempo é muito diferente, mesmo em termos de sensibilidade, a respeito do tempo de S. Tomás. Na verdade, a partir do fim da patrística, já de algum modo com S. Jerónimo, até ao Vaticano II, o sacerdócio concentrava-se essencialmente no ministério presbiteral, não sendo atribuído ao episcopado natureza sacramental, e isto porque o episcopado não introduzia nenhuma *potestas* especial a respeito do *corpus Christi verum*, isto é, a Eucaristia, sendo o episcopado orientado apenas para o exercício da autoridade na Igreja, o *corpus Christi mysticum*⁴, o que tem como consequência um certo *desequilíbrio* teológico no que diz respeito à compreensão do sacerdócio, verificando-se então o que poderia designar-se uma certa *hipertrofia do sacerdócio* a respeito quer do povo de Deus em geral, o laicado, quer a respeito do episcopado, considerado este quase exclusivamente como uma dignidade, e nada mais. Há circunstâncias históricas e culturais que nos permitem compreender este estado de coisas.

O Concílio Vaticano II, ao retomar as fontes bíblicas e patrísticas para compreensão do mistério da Igreja, e culminando um longo processo de discernimento que tivera em Pio XII⁵ já um momento importante de clarificação, proclama, de um modo quase dogmático, que é no episcopado que se encontra a plenitude do

³ Cf. *STh* III, q. 65, a. 4.

⁴ H. DE LUBAC, *Corpus Mysticum. L'Eucharistie et l'Église au moyen age. Étude historique* = *Théologie* 3 (Paris-Aubier: Montaigne, 1949²).

⁵ Cf. Constituição *Sacramentum Ordinis*, datada de 30 de Novembro de 1947, mas só publicada a 28 de Janeiro de 1948: *AAS* 40 (1948) 5-7.

sacramento da Ordem⁶, retomando assim o tema patrístico da *sucessão apostólica*, que situa precisamente o bispo na continuidade ministerial com os apóstolos. O *colégio episcopal* representa hoje ou *sucede o colégio dos apóstolos*, e nisto consiste precisamente a sua *sacramentalidade*, ou seja, serem os bispos, como colégio, a representação na Igreja da comunidade dos apóstolos com Cristo, e portanto a garantia da fidelidade na continuação histórica na *diaconia* da mesma missão apostólica.

No Concílio Vaticano II, no que diz respeito à Igreja, é fundamental a categoria de *sacramento*, e assim, culminando também um processo de discernimento teológico que remonta já à teologia romântica no séc. XIX, a Igreja aparece como o *sacramento radical*, ou seja, como o espaço ou horizonte onde os sacramentos se situam, se celebram e se entendem, colhendo a sua força e eficácia do *sacramento original* que é Cristo. Teólogos como E. Schillebeckx⁷, K. Rahner⁸ e O. Semmelroth⁹ desempenharam um papel fundamental no desbravar o terreno da compreensão *sacramental* do mistério da Igreja e de toda a sua estrutura essencial, da qual são fundamentais os *sete sinais* que se designam tecnicamente e por excelência como os *sacramentos*, porque eles são os momentos ou os eixos arquitectónicos nos quais o mistério da Igreja enquanto tal se diz e se celebra.

Esta compreensão teológica da Igreja proclamada pelo concílio Vaticano II não constitui a correcção da definição do Concílio de Trento segundo o qual os sacramentos são sete nem mais nem menos¹⁰, mas sim como que a expansão ou alargamento teológico do conceito, tanto mais que o Concílio, ao mesmo tempo que afirma a constituição *sacramental* do mistério da Igreja, situa esta afirmação em relação com outra não menos importante que é a afirmação da relação analógica que se dá entre a Igreja e o mistério da Encarnação: «Apresenta [a Igreja] por esta razão uma grande analogia com o mistério do Verbo encarnado» (LG 8).

⁶ «Ensina, porém, o sagrado Concílio que, pela consagração episcopal, se confere a plenitude do sacramento da Ordem, aquela que é chamada sumo sacerdócio e suma do sagrado ministério na tradição litúrgica e nos santos Padres»: LG 21.

⁷ E. SCHILLEBEECKX, *Cristo, sacramento do encontro com Deus. Estudo teológico sobre a Salvação mediante os Sacramentos* (Petrópolis: Vozes, 1968).

⁸ Cf. K. RAHNER, *La Iglesia y los Sacramentos* (Barcelona: Herder, 1967).

⁹ Cf. O. SEMMELROTH, *La Iglesia como Sacramento de la Salvación*, in *MystSal IV/I* (Madrid: Cristiandad, 1973) 321-370.

¹⁰ Cf. DS 1601.

Isto quer dizer que a Igreja, como comunidade, como Povo de Deus, como mistério e como sacramento, e sobretudo nos momentos mais solenes da celebração do seu mistério, da proclamação da sua identidade, surge como *Corpo de Cristo*, expressão que só é compreensível no horizonte da teologia sacramental, aliás, em íntima relação com a Eucaristia, que é o *Corpus Christi verum*¹¹.

2. A configuração do ministério sacerdotal na teologia pós-conciliar

Na teologia pós-conciliar foi feito um grande esforço por determinar, no quadro da eclesiologia de comunhão e da sua concepção sacramental propostas pelo Concílio, o perfil teológico do ministério sacerdotal do presbítero, sendo de relevar três esquemas principais, representados respectivamente por J. Galot, S. Dianich e G. Greshake.

a) *A dimensão cristológica do ministério e do ser sacerdotal do presbítero*

J. Galot¹² representa a perspectiva clássica (cristológica) do sacerdócio. Este teólogo chama a atenção para as abordagens insuficientes do sacerdócio – critério sociológico, da história das religiões e do judaísmo – que, acentuando embora uma certa continuidade (que também se dá, em virtude do mistério e do dinamismo da Encarnação) –, não relevam, porém, suficientemente a radical novidade do sacerdócio cristão, que tem precisamente a ver com a novidade que Cristo mesmo enquanto tal representa. De facto, e essa é a tese de J. Galot, a novidade do sacerdócio cristão é a novi-

¹¹ A eclesiologia do *Corpo de Cristo*, que teve uma enorme importância, como tema de fundo até ao Concílio Vaticano II, – sendo então de algum modo substituída pela reflexão em torno da *sacramentalidade* e pela eclesiologia do *povo de Deus* –, sobretudo porque chamava a atenção para a íntima ligação entre Cristo e a Igreja, no que poderíamos chamar uma *ontologia* esponsal ou da *comunicação da graça como vida*, e que é fundamental que seja recuperada, precisamente para os aspectos mais importantes da identidade cristã na época contemporânea, quer para o interior de si mesma, no sentido da recuperação ontológica dos fundamentos dos carismas e dos serviços, quer para fora, no sentido da evangelização e do diálogo com o mundo, precisamente para que não degenerem em *relativismo*, risco para o qual o actual Papa Bento XVI tem chamado a atenção logo desde o início do seu ministério. Por isso, impõe-se revisitar os clássicos da eclesiologia do *Corpo de Cristo*, como princípio arquitectónico da teologia. Neste sentido, veja-se: E. MERSCH, *La Théologie du Corps Mystique* (2 vols.) (Paris: Desclée, 1944).

¹² Cf. J. GALOT, *Teologia del sacerdozio* (Firenze 1981).

dade mesma de Cristo, de cujo sacerdócio o ministério ordenado na Igreja é sacramento.

b) A dimensão ou perspectiva eclesiológica do ministério sacerdotal do presbítero

A perspectiva eclesiológica do sacerdócio, representada por S. Dianich¹³, procura reequilibrar o cristocentrismo do sacerdócio, na sua acepção clássica, segundo a qual o sacerdócio é representação sacramental de Cristo, com a dimensão eclesial, na medida em que essa representação não se dá isoladamente, mas sim na Igreja e em Igreja.

c) A dimensão ou perspectiva trinitária e pneumatológica do ministério do presbítero

G. Greshake¹⁴ centra a sua atenção na teologia e na espiritualidade do *padre* (*Priester*). O teólogo de Freiburg procura uma via intermédia entre o movimento pendular cristológico e eclesiológico, para fazer uma síntese, na medida em que chama a atenção para o horizonte trinitário e pneumatológico que diz o mistério de Cristo, o mistério da Igreja e o mistério do sacerdócio enquanto tal. Na verdade, sendo o sacerdote (o padre) representante sacramental de Cristo, é-o também da Igreja, mas enquanto representante de Cristo que é a cabeça da Igreja, pelo que o mistério sacerdotal se captará no pensar em equilíbrio (difícil mesmo de se manter) entre horizonte trinitário e pneumatológico do seu ser.

3. Os sínodos dos bispos sobre o ministério presbiteral

O ministério dos presbíteros na Igreja foi objecto de reflexão em dois sínodos dos bispos: em 1971 e em 1990. De um modo geral, e apesar da relativa distância do tempo que os separa, neste dois sínodos são sublinhadas duas coisas: o agudizar da *crise contemporânea*, no quadro geral do *processo de secularização*¹⁵ e a via da sua

¹³ Cf. S. DIANICH, *Teología del ministerio ordenado. Una interpretación eclesiológica* (Madrid: Paulinas, 1988).

¹⁴ Cf. G. GRESHAKE, *Priestersein. Zur Theologie und Spiritualität des priesterlichen Amtes* (Freiburg-Basel-Wien: Herder, 1985).

¹⁵ E para este tema, além das referências sumárias de G. Greshake, deverá ter-se em atenção o estudo de G. Martelet (veja-se sobretudo o primeiro volume da sua obra fundamental sobre o sacerdócio), segundo o qual, a crise do sacerdócio, não só na actualidade, mas também ao longo de toda a história da teologia, concentra em si

superação pela concentração no essencial do mistério da Igreja e do sacerdócio, que é a vivência e o anúncio do *mistério de Cristo*.

3.1. *Sínodo dos Bispos de 1971*

O Sínodo dos Bispos de 1971 (*Ultimis temporibus*¹⁶) chama a atenção para a situação do sacerdócio naquela época imediatamente posterior ao concílio Vaticano II, referindo-se às novas situações históricas e culturais que exigem uma reflexão renovada sobre os fundamentos teológicos do ministério sacerdotal da Igreja, e refere as seguintes.

1. A redescoberta da importância do sacerdócio baptismal conduziu à crise de identidade sacerdotal, na medida em que a acentuação do sacerdócio comum dos fiéis levou a que se perdesse a noção da distinção entre o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial. O sacerdote ministerial, em algumas posições mais radicais, é reduzido quase à condição de um leigo apenas com uma função delegada na comunidade. A perspectiva eclesiológica do ministério empalideceu ou mesmo esqueceu a sua dimensão e a sua origem cristológica operando, por conseguinte, o nivelamento entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis, ou a absorção daquele neste.

2. O generalizado processo de *secularização* conduziu ou tem conduzido à perda do sentido de Deus ou crise generalizada da fé¹⁷, cuja consequência mais grave é a redução cultural do cristianismo a uma simples filantropia e a afirmação dos seus aspectos sociais, e assim, em alguns, o ministério sacerdotal reduz-se quase ao papel de assistente social, como em algumas experiências feitas, concretamente a dos «padres operários» em França¹⁸.

o sentido epocal das crises civilizacionais, e que têm a ver essencialmente com a temática da mediação, com a figura do mediador. O sacerdócio ministerial constitui o expoente máximo não só do alcance simbólico de uma cultura como também das suas fragilidades, das suas tensões e, até, das suas expectativas de um sentido transcendente e do seu futuro: cf. G. MARTELET, *Théologie du sacerdoce* I (Paris: Cerf, 1984).

¹⁶ Cf. SYNODUS EPISCOPORUM, I. Documentum *Ultimis temporibus* de sacerdotio ministeriali (30.11.1971): EV 4, 1134-1237.

¹⁷ Veja-se sobre este tema da relação entre *secularização* e *perda do sentido de Deus* na teologia contemporânea, tendo sobretudo como referência as propostas de R. Bultmann, D. Bonhöffer, John A. T. Robinson: R. L. RICHARD, *Secularization Theology* (New York: Herder and Herder, 1967).

¹⁸ Embora naturalmente historicamente datada, a experiência dos *padres operários* representa um esforço de procura de um modelo alternativo de presença da

3. A redescoberta da igualdade fundamental de todo o Povo de Deus levou a pensar-se a organização da Igreja não em termos hierárquico-sacramentais, mas sim «democráticos». Nesta óptica, postula-se o acesso de todos aos ministérios, entendidos sobretudo como *serviços*, cujo horizonte de compreensão é retirado sobretudo da sociologia, sendo então a Igreja entendida como uma *sociedade* ou *grupo organizado* entre tantos outros, cujos serviços decorrem da deputação temporária por parte da comunidade ou do grupo, reduzindo-se, portanto, o ministério a simples funções, cuja origem é a mesma comunidade. A tese da origem eclesiológica dos ministérios, formulada já pela teologia liberal e modernista na transição do século XIX para o século XX, colhe, no espaço católico, os seus frutos maduros. Esta redução culturalista e sociológica quer da Igreja quer dos ministérios abre o caminho para o tão polémico problema da ordenação das mulheres, e, por conseguinte, para um novo *paradigma* na compreensão de toda a tradição teológica da Igreja a respeito de si mesma.

Com este enunciado de problemas tocamos a questão nuclear da reflexão do Sínodo dos Bispos de 1971, o qual caracteriza a situação actual da Igreja e do mundo como *uma fase de transição cultural*.

Igreja no mundo, com uma espiritualidade mais *incarnada* nas realidades concretas por onde passa a vida dos homens contemporâneos, sendo que, na segunda metade do século XX, quando este *movimento* teve início, parecia que um dos temas mobilizadores da história e da sua alteração seria precisamente o mundo do operariado. Nós sabemos como entretanto a situação do mundo mesmo nesta matéria se alterou, sobretudo depois da crise das grandes ideologias, de que o *operariado* representava como que a frente avançada. Os limites desta tentativa julgo estarem no equívoco de pensarem que a presença da Igreja no mundo, nas suas diversas modalidades, se faz através do *sacerdócio ordenado*, quando, na verdade, a *secularidade* é a característica própria do *laicado*, pois é através dele que a Igreja estará presente no mundo do trabalho, da cultura, da economia, etc.. E em todos esses mundos, deverá estar presente o *padre*, na sua missão específica de representante *autorizado* de Cristo e da Igreja. Mas a questão dos *padres operários*, apesar de datada, merece, agora com alguma distância, ser considerada, sendo muita a literatura disponível, da qual referiria o seguinte: A. DANSETTE, *Destin du Catholicisme français* (Paris: Flammarion, 1957); G. SIEFER, *La mission des prêtres-ouvriers. Les faits et les conséquences* (Paris: EPI, 1960); A. ANCEL, *5 ans avec les ouvriers. Témoignages et réflexions* (Paris: Centurion, 1963); É. POULAT, *I Preti Operai* (1943-1947) (Brescia: Morcelliana, 1967); G. BARRA - M. GUASCO, *Chiesa e Mondo Operaio. Le tappe di un'evoluzione: da don Godin ai preti operai, ai «preti al lavoro»* (Torino: Gribaudi, 1967); A. ANCEL, *Discepoli secondo il Vangelo. La spiritualità apostolica di un prete diocesano: Antônio Chevrier* (Bologna: EDB, 1985); G. GROSSELLI, *La pastorale del lavoro. Tra assistenza e promozione. Appunti per la storia ancora da scrivere* (Bologna: EDB, 1987).

Para o Sínodo de 1971, o desafio maior que é lançado à Igreja e à teologia, é o de captar a fundo os sinais dos tempos e de os interpretar à luz do Evangelho, na linha do apelo do Concílio (cf. GS 4), tarefa tanto mais urgente, quanto a humanidade se encontra num processo acelerado de transformação, de transição cultural¹⁹.

As transformações operadas neste tempo de transição cultural provocam no homem uma crise de identidade, adensando as questões fundamentais da existência humana, que todas elas se resumem na interrogação de todos os tempos, e que diz respeito ao sentido do homem, como enigma e como mistério: «Todavia, perante a actual evolução do mundo, cada dia são mais numerosos os que põem ou sentem com nova acuidade as questões fundamentais: que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal, e da morte, que, apesar do enorme progresso alcançado, continuam a existir? Para que servem essas vitórias, ganhas a tão grande preço? Que pode o homem dar à sociedade, e que coisas pode dela receber? Que há para além desta vida terrena?» (GS 10).

Quando o Sínodo dos Bispos de 1971 observa a situação crítica na qual se encontrava o sacerdócio ministerial, situa essa análise no quadro da crise de sentido que assinala a fase mais tardia da modernidade, como que a insinuar que o sacerdócio constitui a instância eclesial na qual as crises de sentido alcançam o seu mais elevado grau de intensidade. E porquê? Porque é no sacerdócio ministerial que se decifra a questão por excelência: o que é o homem. Então, tudo o que se diga a respeito da concepção católica do sacerdócio é de suma pertinência para a sociedade e para a cultura, não apenas porque o sacerdócio se oferece como instância representativa do ser da Igreja enquanto tal, mas também pelas implicações sócio-culturais, e até políticas, que a dimensão pastoral do sacerdócio implica, pois que ele se destina a servir a condição sacerdotal, profética e real de todo o Povo de Deus e nas suas relações com o mundo.

O Sínodo de 1971 tem o cuidado de recordar que o *sacerdócio* não é apenas um *ministério*, mas também um *mistério*, ou seja, que a sua origem está num carisma, numa relação de configuração com Cristo. O *carácter* e *graça* do sacramento capacitam o ministro para representar pessoalmente Cristo como Cabeça da Igreja que é o seu corpo, para agir *in persona Christi*. Ora é precisamente esta dimensão *teológica*, esta *ontologia* do sacerdócio que é problematizada

¹⁹ Cf. *Ultimis temporibus*: EV 4,1137.

nesta fase de *transição* cultural, na qual se assiste agora também à proposta, esta mais radical, de *mudança de paradigma*²⁰, cujo programa põe em causa, mina pelas bases os próprios fundamentos de toda a tradição teológica, pois do que se trata é de superar, a todos os níveis, a tradição do pensamento ocidental no seu filão greco-latino-judaico-cristão, de superar a Igreja católica, para dizermos tudo numa só palavra. Ora o sacerdócio ou a concepção católica do sacerdócio é neste momento a última instância de resistência crítica a respeito do programa do *novo paradigma*.

O sacerdócio é então o lugar da encruzilhada, da bifurcação onde o enigma da Esfinge se decifra: o que é, afinal, o homem? Esta é, no meu entender, a questão por excelência que subjaz na «crise» sacerdotal do nosso tempo, e nessa medida é uma crise de cultura, uma crise de civilização. Porque toca os fundamentos, dos quais o sacerdócio é o *guardião*, a memória e a sentinela.

3.2. *O Sínodo dos Bispos de 1990: a exortação apostólica Pastores dabo vobis*

A exortação apostólica, depois de chamar a atenção para os sintomas ainda permanentes da crise do sacerdócio que já o sínodo de 1971 havia diagnosticado, insiste na radicalização do tema da *secularização* generalizada da sociedade, na percepção intensa de se viver uma fase de *transição cultural*, com profundas implicações no ministério sacerdotal. No entanto, a exortação apostólica *Pastores dabo vobis*²¹ não se detém na análise da crise, apesar de apontar os seus sintomas mais relevantes, mas procura anunciar o *Evangelho* do Sacerdócio, como dom de Cristo à sua Igreja, que ela acolhe na fé e no amor, e por isso a sua preocupação é a de captar, na transição e na mudança, o que permanece. E o que permanece e o que é essencial é efectivamente a referência cristológica do ministério sacerdotal²² – o «vínculo ontológico específico que une o sacerdote

²⁰ Veja-se a este propósito o documento inter-dicasterial da Santa Sé publicado a 3 de Fevereiro de 2003, sobre o *New Age* e que tem como título: *Jesus Cristo, portador da água viva. Uma reflexão cristã sobre o 'New Age'*.

²¹ Cf. JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica pós-sinodal Pastores dabo vobis sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias actuais* (25.03.1992) Ed. Secretariado Geral do Episcopado (Lisboa: Rei dos Livros, 1992).

²² «Certamente, há uma fisionomia essencial do sacerdote que não muda: o padre de amanhã, não menos que o de hoje, deverá assemelhar-se a Cristo»: *Pastores dabo vobis* 5.

a Cristo, Sumo-sacerdote e Bom Pastor»²³ –, que pressupõe uma *ontologia da comunhão* – uma expressão muito densa de sentido, pois concentra em si os aspectos trinitários e eclesiológicos da comunhão, – mas também as implicações da teologia do *carácter* e da *graça* sacramentais, como constituição das capacitações para que o *agir sacerdotal* seja o irradiar do *ser sacerdotal*, a configuração com Cristo, de tal modo que O represente em pessoa, *in persona Christi capitis*, como *homem da comunhão*. No que diz respeito à espiritualidade do presbítero, a *Pastores dabo vobis* insiste na *cariidade pastoral*, tema que será retomado e sublinhado pela *Instrução*. A *Pastores dabo vobis* é, portanto, um texto fundamental, imprescindível para compreendermos a *Instrução* da Congregação para o clero, pois esta cita-a constantemente.

Não poderia deixar de evocar aqui ainda outros dois documentos muito importantes que transmitem o sentir da Igreja acerca do ministério sacerdotal, porque se pronunciam – *Mulieris dignitatem*²⁴ e *Ordinatio sacerdotalis*²⁵ – sobre a inviabilidade do sacerdócio ministerial para as mulheres, chamando a atenção, entre outros argumentos, para a importância fundamental na Igreja, e portanto, na sociedade em geral e na cultura, para a realidade e a simbólica distintiva de sermos homens ou mulheres, e que isso não é indiferente na estrutura sacramental da Igreja, a qual, à luz da Santíssima Trindade, é constituída por pessoas – homens e mulheres – que constituem uma comunhão na base de relações distintas de origem. De novo tocamos aqui uma questão dos fundamentos, das bases da identidade do que somos como pessoas e como comunidade, na Igreja e na sociedade. Não se trata, por conseguinte, de uma questão marginal de natureza cultural. Sob a aparentemente inocente e quase inócua questão da ordenação das mulheres, esconde-se o programa de alteração radical de *paradigma*, e este é, na minha opinião, o maior risco e o maior desafio para a teologia na actualidade, e é neste pano de fundo, que se situa a *Instrução* sobre o Presbítero como pároco, e por conseguinte a sua importância e a sua oportunidade.

²³ *Pastores dabo vobis*, 11.

²⁴ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem* sobre a dignidade da mulher, por ocasião do ano mariano, de 15 de Agosto de 1988 (Cidade do Vaticano 1988).

²⁵ Cf. JOÃO PAULO II, «*Ordinatio Sacerdotalis*». Carta Apostólica de João Paulo II aos Bispos da Igreja Católica sobre a Ordenação sacerdotal reservada somente aos homens, in *L'Osservatore Romano* (4.6.1994) 23(1994) 2-3.

4. A Instrução da Congregação para o Clero²⁶

Se agora nos fixarmos no documento da *Congregação para o Clero*, ainda antes de entrarmos numa análise mais pormenorizado do texto, gostaria de tecer umas breves considerações hermenêuticas.

Seria interessante pensar-se nas razões inconfessadas da publicação desta instrução, inconfessadas porquanto as apontadas, ou seja, de uma certa crise a respeito da identidade sacerdotal, as referidas não são novas, se tivermos em conta o arco da evolução histórica deste tema nestes últimos quarenta anos posteriores ao Concílio, mas o documento toca na ferida quando refere o risco de «romper o equilíbrio eclesiológico» sobre este tema na doutrina do Magistério.

Esta questão merece a nossa atenção. A tensão já estava presente no Concílio Vaticano II quando tratava da relação entre o *sacerdócio comum dos fiéis*, como condição de *ser* na Igreja e o *sacerdócio ministerial* ou *ordenado* decorrente do *sacramento da Ordem*, afirmando, mesmo sem definir em que consiste, a diferença *essencial* e não apenas de *grau* existente entre ambos: «O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um para o outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo» (LG 10).

Esta declaração do Concílio, fundamental para uma correcta compreensão eclesiológica dos ministérios, permanece, no entanto, ainda em aberto, na medida em que, segundo alguns, se trata de uma afirmação de compromisso que a reflexão teológica deveria clarificar. A *Instrução* retoma esta questão, sublinhando a importância desta distinção, entre *essência* e *grau*, para relevar que, no caso do ministério ordenado, estamos em presença de um ministério de origem sacramental distinta daquela que decorre do baptismo, na medida em que o baptismo constitui a capacitação para *ser*, ou, na linha já da síntese tomista assumida pelo Magistério, o baptismo opera a distinção dos cristãos a respeito dos que o não são, ao passo que a Ordem opera a distinção de ministérios, de carismas e de serviços, de natureza hierárquica, no interior da Igreja, ou seja, por outras palavras, a distinção dos cristãos entre si.

²⁶ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O Presbítero, Pastor e Guia da Comunidade Paroquial* (Lisboa: Paulinas 2002).

Do ponto de vista hermenêutico, a *Instrução* confirma a doutrina do Concílio Vaticano II e do Magistério posterior sobre esta distinção *essencial* a partir da relação que o *baptismo* e a *ordem* introduzem no mistério da Igreja. Aliás, já S. Tomás dizia, quando falava da necessidade dos sacramentos, que o *baptismo* e a *Ordem*, se bem que em graus de necessidade distintos, são fundamentais para a estrutura da Igreja enquanto tal, que se constrói na recíproca relação entre a dinâmica vivencial que decorre o *baptismo*, que assinala a distinção entre cristãos e não cristãos, e o sacramento da *Ordem*, como capacitação para o *ministério*, na linha da eleição que Cristo fez dos seus apóstolos, e que distingue hierarquicamente os cristãos entre si.

Uma segunda nota prende-se com o perigo do «desequilíbrio eclesiológico» que na *Instrução* é insinuado, mas que, do meu ponto de vista, e para esta nossa reflexão, se reveste de extraordinária importância.

A história deste problema é já muito antiga. Mas eu gostava de me centrar na época contemporânea. E tem a ver, do ponto de vista eclesiológico, com as coordenadas que constituem a Igreja enquanto tal, no fundo, da relação entre Igreja Universal e Igreja particular.

Nós sabemos que o Concílio Vaticano I, ao declarar o dogma da Infalibilidade pontifícia, teve como consequência, do ponto de vista eclesiológico, um certo esvaziamento da função do ministério episcopal, cuja natureza sacramental fora contestada, como já vimos, desde a era patrística, e não estava ainda de todo esclarecida, só vindo a sê-lo, durante o Pontificado de Pio XII. O Concílio Vaticano II, sendo um concílio eclesiológico e pastoral, procurou resolver este problema, com a sua doutrina sobre a *colegialidade episcopal* e sobre o *episcopado*, revalorizando, mesmo se em comunhão com o Romano Pontífice, o papel e a função do bispo diocesano e da Igreja particular ou local, ou seja, a diocese.

A eclesiologia conciliar, apesar da sua grandeza, está, no entanto, na origem de um novo desequilíbrio, que consiste numa certa hipertrofia do ministério episcopal, o que tem como consequência uma certa crise de identidade no que respeita à função pastoral dos presbíteros, já na sua relação com o ministério episcopal, já também na sua relação com os leigos. O problema tem-se agravado nos últimos vinte anos, a partir sensivelmente da década de oitenta, com a sensibilidade assim dita pós-moderna, e com o fenómeno complexo designado como *Nova Era*. Aqui o que acontece é uma certa hipertrofia ideológica da mulher, quase como simbolização da deusa terra, expoente simbólico máximo do *novo paradigma*.

É neste quadro que há-de equacionar-se a questão da identidade sacerdotal do presbítero, agora que o movimento pendular da tópica da espiritualidade se encontra do outro lado, do episcopado e do laicado, depois que, durante tantos séculos, a tónica se concentrava em torno da sua figura...

Do ponto de vista hermenêutico, julgo serem estes os problemas que estão na base da oportunidade e quase urgência desta *Instrução*, que, na linha de documentos anteriores, vem reafirmar a importância do presbítero-pároco na dinâmica pastoral da Igreja, do seu papel único e insubstituível. E o interessante é que aqui, neste texto, vamos encontrar a afirmação da dogmática clássica sobre o sacerdócio aplicada ao presbítero, a que estávamos habituados nos anos anteriores ao Concílio Vaticano II. Isto não significa que este documento represente um retrocesso, mas sim que nos vem recordar evidências que entretanto ficaram esquecidas.

Destas evidências, chamaria a atenção para as seguintes.

Embora o documento tenha o cuidado em afirmar que a determinação teológica da *identidade* sacramental do sacerdócio é de natureza *tridimensional*, ou seja, *pneumatológica*, porque decorre da acção carismática do Espírito Santo na Igreja; *cristológica*, porque decorre de uma intervenção de Cristo na vida dos que são chamados, portanto, que o sacerdócio é essencialmente uma *vocação*; e *eclesiológica*, porque se trata de um ministério, de uma *diaconia* para o serviço *sacramental* na Igreja, na realidade o documento revaloriza a dimensão *cristológica* da identidade sacerdotal, porque é nesta dimensão, que compendia e concentra em si todas as outras, que o sacerdócio enquanto tal se estrutura e se diz.

Assim, são importantes as seguintes características, que a *Instrução* recorda:

a) A natureza *sacramental* do sacerdócio que *representa Cristo em Pessoa* perante a Igreja, na diversidade das suas funções salvíficas, como sacerdote, profeta e rei.

b) A dimensão *ontológica* que toca o ser do sacerdote, e que tem a ver com a noção teológica do *carácter* sacramental, que é não apenas uma *capacitação para*, mas também uma constituição ontológica que configura o *padre* com Cristo, sendo um *alter Christus*, expressão que a *Instrução* utiliza, na linha da mais clássica teologia do sacerdócio, deste S. João Crisóstomo.

c) A determinação do *agir* sacerdotal, que deve estar unido e decorrer do *ser* sacerdotal, e que se descreve quase fenomenologicamente através destas três referências. Em primeiro lugar, uma

essencial relação ao mistério eucarístico, definindo-se assim o Padre como o *homem da eucaristia*, mesmo na plenitude do seu sentido, tal como no Magistério e na teologia mais recente tem vindo a ser reflectido e desenvolvido²⁷. Em segundo lugar, uma essencial relação ao mistério da Igreja, apresentando o Padre, na linha da *Pastores dabo vobis*, como o *Homem da comunhão*²⁸, construtor e fazedor de comunhão e de comunidade. E, finalmente, a especificidade da espiritualidade do Padre como pároco, mas não só, porque decorrendo do carácter e da graça sacramental, que é a *caridade pastoral*, considerada pela *Pastores dabo vobis* como o *Princípio interior* e a *virtude* que anima a vida espiritual do Padre²⁹, é insistentemente repetida no documento³⁰.

A dimensão *pastoral* ou a natureza *pastoral* do ministério sacerdotal é aqui especialmente desenvolvida e nela se insiste de um modo quase intempestivo, e assim, se quiséssemos encontrar a função catalisadora do ministério sacerdotal que estruturaria ou daria sentido às outras, ela seria a função de *Pastor* à imagem do *Bom Pastor* que dá a sua vida pelas ovelhas, pelos irmãos que lhe são confiados. É como *Pastor* que o sacerdote se torna na sua comunidade a *imagem sacramental do Bom Pastor*, agindo e actuando em seu nome, numa intensidade de representação de natureza sacramental, que participa da eficácia da mediação salvífica que os sacramentos como tais evocam e realizam.

É daqui que decorre, desta ontologia sacramental que assinala a identidade sacerdotal, a exigência da santidade e da unidade de vida, que brota precisamente da *caridade pastoral*, ou seja, de o padre ser, por carisma e por ministério, pela graça e pelo sacramento, a viva transparência, no seu ser, no seu estar e no seu agir, de Jesus Cristo, *Pastor* e *Guarda do rebanho*.

²⁷ Veja-se sobre este tema, da relação entre *eucaristia* e *apostolicidade*: JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia* (17.04.2003) (Cidade do Vaticano 2003), sobretudo o capítulo segundo.

²⁸ «Além disso, precisamente porque no âmbito da vida da Igreja é ele o homem de comunhão, o presbítero deve ser, no relacionamento com todas as pessoas, o homem da missão e do diálogo»: *Pastores dabo vobis*, 18.

²⁹ «O princípio interior, a virtude que orienta e anima a vida espiritual do presbítero, enquanto configurado a Cristo Cabeça e *Pastor*, é a *caridade pastoral*, participação da própria caridade pastoral de Cristo Jesus: dom gratuito do Espírito Santo, e ao mesmo tempo tarefa e apelo a uma resposta livre e responsável do sacerdote»: *Pastores dabo vobis*, 23.

³⁰ Cf., especialmente os nn. 10 e 11.

Uma última nota é muito importante e tem a ver com a relação que o documento estabelece entre a missão da Virgem Santíssima e a missão sacerdotal na obra da redenção. Isto recorda não apenas a importância da presença de Nossa Senhora na espiritualidade da Igreja em geral e do sacerdote em particular (o que é um dado constante na espiritualidade sacerdotal ao longo dos tempos), mas também a configuração da missão do sacerdote como a continuação também da missão da Virgem Maria, que é a de, tal como ela, introduzir os homens na redenção. Mais ainda: a existência sacerdotal colhe nela a sua inspiração e o seu modelo: porque ela foi a perfeita oblação de si ao mistério sacerdotal do seu Filho, ela foi, como diz o texto, citando João Paulo II, a primeira e a mais perfeita participante na sua oblação de *Sacerdos et Hostia*.

Julgo ter podido mostrar a importância e a oportunidade deste documento, que deveria ser retomado e meditado, mesmo e sobretudo ao nível das comunidades cristãs, porque o sacerdócio é um tema que diz respeito a toda a Igreja, é uma questão eminentemente eclesial, mas cujas consequências extravasam a problemática estritamente dos ministérios ou serviços, numa comunidade ou num grupo social minimamente organizado, para se colocarem no campo da antropologia e da cultura, da metafísica e da ontologia, por nesta questão se concentrarem, como muito bem dizia G. Martelet, as questões radicais do que afinal *é* ou *deve ser* o homem!...

No estado actual das coisas, na profunda crise civilizacional em que vivemos, na tentativa orquestrada de minar os próprios fundamentos da tradição judeo-cristã (e também clássica greco-latina) através da proposta de um *novo paradigma* ou seja *alternativo*, não há dúvida que nos encontramos numa *encruzilhada* histórica, onde a questão da fidelidade à autêntica *traditio*, à memória essencial do que somos se coloca com todo o seu risco e com toda a sua radicalidade.

Ser Padre hoje é sem dúvida um dom providencial, e, portanto, uma graça, mas também uma enorme responsabilidade, decorrente da *missão* de, à maneira de S. Paulo, anunciar o Evangelho oportuna e importunamente, sobretudo quando se trata do *confronto* com o política e culturalmente correcto, que exige a coragem da fé e mesmo a ousadia profética, o que não será possível a não ser no ancoramento de uma fecunda espiritualidade.